



**ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Bolivariana da Venezuela,
(doravante denominados “Partes”),

Sendo Partes da Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional; e

Desejando concluir um Acordo com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre e além de seus respectivos territórios,

Acordam o que se segue:

Artigo 1

Definições

Para os fins do presente Acordo, salvo disposições em contrário, o termo:

- a) “autoridades aeronáuticas” significa, no caso da República Federativa do Brasil, a autoridade de aviação civil, constituída pela Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, e, no caso da República Bolivariana da Venezuela, o Instituto Nacional de Aeronáutica Civil INAC, ou, em ambos os casos, qualquer outra instituição ou pessoa legalmente autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades acima mencionadas;
- b) “Acordo” significa este Acordo, seu Anexo e quaisquer emendas aos mesmos;
- c) “serviços acordados” significa serviços aéreos estabelecidos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;

- d) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais” têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção;
- e) “Convenção” significa a Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;
- f) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 deste Acordo;
- g) “rota especificada” significa uma das rotas especificadas no Anexo deste Acordo;
- h) “tarifa” significa os preços e encargos que deverão ser pagos pelo transporte aéreo de passageiros, bagagem e carga e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, incluindo preços e condições para agentes e outros serviços auxiliares, mas excluindo a remuneração e condições para o transporte de mala postal;
- i) “território”, em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção; e
- j) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado às empresas aéreas pelo uso de aeroportos ou de instalações e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados com aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga.

Artigo 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas.
2. Sujeitas às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes, quando estiverem operando serviços aéreos internacionais, gozarão:
 - a) do direito de sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;
 - b) do direito de fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;
 - c) do direito de fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas do presente Acordo para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga ou mala postal separadamente ou em combinação; e

d) do direito de embarcar e desembarcar, nos territórios de terceiros países, nos pontos das rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, procedentes ou destinados a pontos do território da outra Parte.

3. As outras empresas aéreas de cada Parte que não tenham sido conforme o Artigo 3 deste Acordo também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.

4. Nenhum dispositivo deste Artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagens, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

5. As Partes considerarão favoravelmente as solicitações das empresas aéreas designadas e de outras empresas aéreas das Partes para operar vôos não-regulares de passageiros e carga entre ambos os países, levando em consideração a legislação nacional de cada Parte, desde que estes não afetem os vôos regulares nem resultem em concorrência desleal aos mesmos.

Artigo 3 Designação e Autorização

1. Cada Parte terá o direito de designar, por escrito, à outra Parte, mediante Nota Diplomática dirigida à outra Parte, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação.

2. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização apropriada de operação com a mínima demora de trâmites, desde que:

- a) a propriedade majoritária e o controle efetivo da empresa aérea sejam da Parte que a designa, de seus nacionais, ou de ambos;
- b) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas nos Artigos 7 e 8 do presente Acordo; e
- c) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2 deste Artigo, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais foi designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

Artigo 4 Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 deste Acordo a uma empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, no caso em que:

- a) tais autoridades não estejam convencidas de que a propriedade majoritária e o controle efetivo pertençam à Parte que designou a empresa aérea, a seus nacionais ou a ambos;
- b) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas nos Artigos 7 e 8 do presente Acordo; e
- c) tal empresa aérea designada não esteja qualificada para atender outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. Tal direito será exercido após consulta com a outra Parte, a menos que uma imediata revogação, suspensão ou imposição das condições mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo seja essencial para prevenir ou evitar posteriores violações de leis e regulamentos.

Artigo 5 Legislação Aplicável

1. As leis, regulamentos e demais disposições legais de uma Parte relativos à entrada ou saída de seu território de uma aeronave engajada em serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tal aeronave enquanto em seu território, serão aplicados à aeronave de empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis, regulamentos e demais disposições legais de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes, bagagens, carga e mala postal, tais como os relativos à imigração, alfândega, moeda e controle sanitário, serão aplicados aos passageiros, tripulantes, bagagens, carga e mala postal transportados por aeronaves da empresa aérea da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação à empresa aérea da outra Parte engajada em transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, controle sanitário e regulamentos similares.

Artigo 6 Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação, certificados de aptidão e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para operar os serviços acordados, desde que os requisitos para a

emissão e convalidação de tais certificados e licenças sejam iguais ou superiores aos padrões estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 acima, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativa a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença em relação aos padrões mínimos estabelecidos pela Convenção, e tal diferença tendo sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode solicitar que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevôo ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação, certificados de aptidão e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

Artigo 7 Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte aos aspectos relacionados com as instalações e os serviços aeronáuticos, tripulações de vôo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos trinta (30) dias contados a partir da data da solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chegar à conclusão de que a outra não mantém nem administra de maneira efetiva os padrões de segurança operacional, relativos aos aspectos mencionados no parágrafo 1 deste Artigo, que satisfaçam as normas em vigor conforme a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte tomará, então, as medidas corretivas apropriadas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço com destino ao ou proveniente do território da outra Parte poderá quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que esta não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção será verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação, e se o equipamento da aeronave e a condição da mesma estão em conformidade com as normas em vigor estabelecidas com base na Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança operacional da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 deste Artigo será suspensa quando não mais existirem os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2 deste Artigo, se for constatado que uma Parte continua sem cumprir as normas da OACI depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário-Geral da referida Organização será notificado disso, bem como da solução satisfatória encontrada para tal situação.

Artigo 8

Segurança da Aviação

1. Em conformidade com os direitos e obrigações no âmbito do Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, bem como outras convenções e protocolos sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e contidas nos Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves que tenham sua sede principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar, a qualquer momento, a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que sejam observadas as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e as disposições exigidas pela outra Parte para a entrada, saída ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger a aeronave e para inspecionar passageiros, tripulantes, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte também considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica. Em tal caso, essas medidas serão discutidas em detalhes e seu custo será considerado e compartilhado por ambas as Partes.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulação, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e tomando medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

6. Cada Parte terá o direito, dentro dos sessenta (60) dias seguintes à notificação, a que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança que são aplicadas ou cuja aplicação seja planejada pelos operadores de aeronaves, no que se refere aos vôos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os acordos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações

sejam realizadas de maneira expedita. Todas as avaliações estarão cobertas por um acordo confidencial específico.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos quinze (15) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação. A falta de acordo satisfatório dentro de quinze (15) dias contados a partir do começo das consultas constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. A primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento quando justificadas por uma emergência ou com o objetivo de impedir que o descumprimento das disposições deste Artigo continue.

Artigo 9 **Direitos Alfandegários**

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará as empresas aéreas designadas da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, publicidade aérea, material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1 que sejam:

- a) introduzidos no território de uma Parte sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;
- b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte;
- c) embarcados nas aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte no território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados; e
- d) utilizados ou consumidos totalmente ou não dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

4. As isenções estabelecidas neste Artigo também serão válidas quando uma empresa aérea designada de uma Parte conclua acordos com alguma outra empresa aérea ou empresas aéreas, com relação a abastecimento, empréstimo ou transferências dos artigos especificados no parágrafo 1 deste Artigo, dentro do território da outra Parte, desde que essas outras empresas aéreas desfrutem simultaneamente de tais isenções da outra Parte.

5. Passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto estarão sujeitos a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto serão isentas de taxas alfandegárias e outras taxas similares.

Artigo 10 **Tributos**

1. O capital representado por aeronave operada em serviços aéreos internacionais por uma empresa aérea designada será tributado unicamente no território da Parte em que está situada a sede da empresa aérea.

2. Os lucros resultantes da operação das aeronaves de uma empresa aérea designada nos serviços aéreos internacionais, assim como os bens e serviços que lhe sejam fornecidos deverão ser tributados de acordo com a legislação de cada Parte.

Artigo 11 **Capacidade**

1. Deverá haver oportunidades justas e equitativas para cada empresa aérea designada para competir na oferta de transporte aéreo internacional regido por este Acordo, e cada Parte deverá atuar de modo a eliminar todas as formas de discriminação ou de práticas desleais de competição que possam afetar a posição de competitividade de uma empresa aérea designada pela outra Parte.

2. A capacidade total a ser ofertada pelas empresas aéreas designadas das Partes referente aos serviços acordados será estabelecida ou aprovada por suas autoridades aeronáuticas antes do início dos serviços e, posteriormente, em função das exigências do tráfego previsto.

3. Os serviços acordados a serem operados pelas empresas aéreas designadas pelas Partes terão como objetivo primário a oferta de capacidade adequada para satisfazer as necessidades atuais e razoavelmente previsíveis de tráfego entre os territórios das Partes, e como objetivo secundário a oferta, em nível razoável, de capacidade para o transporte de passageiros, bagagem, carga e mala postal embarcados e desembarcados em pontos das rotas especificadas, que não estejam localizados no território da Parte que designou a empresa aérea.

4. Cada Parte e suas empresas aéreas designadas levarão em consideração os interesses da outra Parte e de suas empresas aéreas designadas, a fim de não afetar indevidamente os serviços proporcionados por estas últimas.

5. Caso as Partes não cheguem a um acordo sobre a capacidade que deve ser oferecida dos serviços acordados, a capacidade que as empresas aéreas designadas das Partes poderão oferecer não excederá aquela previamente acordada.

6. As empresas aéreas de cada Parte deverão manter, junto a suas autoridades, estatísticas que justifiquem a manutenção de suas frequências. As autoridades aeronáuticas, de comum acordo, poderão, com base na análise dos dados estatísticos, revisar o número de frequências, se for considerado que seu estabelecimento ou manutenção atenta contra o princípio de reciprocidade que orienta este Acordo.

Artigo 12

Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas pelas empresas aéreas designadas de uma Parte por serviços cobertos por este Acordo serão estabelecidas em níveis razoáveis, levando em consideração todos os fatores relevantes, incluindo interesse dos usuários, custo de operação, características do serviço, lucro razoável, tarifas de outras empresas aéreas e outras considerações comerciais próprias do mercado.

2. As Partes concordam em examinar com especial atenção as tarifas que possam ser questionáveis por parecerem discriminatórias sem razão, excessivamente elevadas ou restritivas por abuso de uma posição dominante, artificialmente baixas em função de subsídio ou apoio direto ou indireto, ou predatórias.

3. Cada Parte poderá requerer a notificação ou o registro das tarifas propostas pelas empresas aéreas designadas de ambas as Partes pelo transporte proveniente de e destinado a seu território. Tal notificação ou registro de tarifas poderá ser requerido não mais de que 30 (trinta) dias antes da data de introdução da proposta. Em casos especiais, esse período poderá ser reduzido.

4. Cada Parte terá o direito de aprovar ou desaprovar as tarifas dos serviços de ida ou de ida e volta entre os territórios de ambas as Partes que se iniciem em seu próprio território. As tarifas a serem cobradas por uma empresa aérea designada de uma Parte pelo transporte entre o território da outra Parte e o território de um terceiro Estado por serviços cobertos por este Acordo estarão sujeitas aos requisitos de aprovação da outra Parte. Nenhuma das Partes tomará medidas unilaterais para impedir o início da aplicação das tarifas propostas ou a continuidade da aplicação das tarifas vigentes para o transporte de ida ou de ida e volta entre os territórios de ambas as Partes que se iniciem no território da outra Parte.

5. A aprovação de tarifas em consonância com o disposto no parágrafo 4 deste Artigo pode ser expressamente concedida por qualquer das Partes às empresas aéreas que as solicitem. Não obstante, se uma Parte não notificar por escrito à outra Parte a desaprovação dessas tarifas da ou das empresas aéreas da outra Parte dentro de um prazo de trinta (30) dias a partir da data em que as mesmas foram apresentadas, as tarifas em questão serão consideradas aprovadas. No caso em que o prazo para a apresentação seja reduzido conforme o disposto no parágrafo 3 deste Artigo, as Partes poderão concordar que o prazo para a notificação da desaprovação seja, em consequência, reduzido.

6. Quando qualquer das Partes considere que uma tarifa de transporte para seu território está compreendida nas categorias do parágrafo 2 deste Acordo, tal Parte notificará seu desacordo à outra Parte o quanto antes possível, e pelo menos dentro de trinta (30) dias seguintes à data de notificação ou apresentação da tarifa em questão, e poderá recorrer aos procedimentos de consulta estipulados no parágrafo 7 deste Artigo.

7. Cada Parte poderá solicitar que se realizem consultas sobre qualquer tarifa cobrada por uma empresa aérea de qualquer das Partes pelos serviços previstos no presente Acordo, inclusive no caso em que a tarifa em questão tenha sido objeto de uma notificação de desaprovação ou desacordo. Tais consultas serão realizadas, no mais tardar, sessenta (60) dias depois de recebida a solicitação. As Partes colaborarão para assegurar as informações necessárias para a solução racional dos problemas. Se as Partes chegarem a um acordo, cada uma delas empreenderá todos os esforços possíveis para aplicar o dito acordo. Caso não cheguem a um acordo, prevalecerá a decisão da Parte em cujo território o transporte tenha origem.

Artigo 13 **Salvaguardas**

1. As Partes concordam que as seguintes práticas das empresas aéreas podem ser consideradas possíveis práticas competitivas desleais que podem justificar exame mais minucioso:

- a) cobrança de tarifas de passageiros e carga em níveis que são, no conjunto, insuficientes para cobrir os custos de ofertar os serviços correspondentes, na rota voada;
- b) as práticas em questão são continuadas em lugar de temporárias;
- c) as práticas em questão afetam seriamente a economia de outra empresa aérea do ponto de vista econômico ou causam-lhe significativo prejuízo;
- d) as práticas em questão refletem uma aparente intenção ou têm o provável efeito de prejudicar, excluir ou tirar outra empresa aérea do mercado; e
- e) comportamento indicando um abuso da posição dominante na rota.

2. Se as autoridades aeronáuticas de uma Parte consideram que uma ou várias operações pretendidas ou realizadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte podem constituir um comportamento competitivo desleal, de acordo com as práticas relacionadas no parágrafo 1 deste Artigo, tais autoridades poderão solicitar que se realizem consultas de acordo com o Artigo 20 deste Acordo a fim de resolver o problema. Em tal solicitação, serão indicados os motivos correspondentes e as consultas serão iniciadas até trinta (30) dias após a solicitação.

3. Se as Partes não conseguirem resolver o problema mediante consultas, qualquer das Partes poderá invocar Artigo 23 do presente Acordo.

Artigo 14 **Atividades Comerciais**

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar, em seu território, serviços de transporte aéreo internacional, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários, conforme determine a empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de

outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base em reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. As necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou por meio dos serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizada a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os funcionários estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e, de acordo com tais leis e regulamentos:

- a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares para os representantes e os funcionários mencionados no parágrafo 3 desse Artigo; e
- b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam noventa (90) dias.

Artigo 15

Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas designadas da outra Parte, mediante solicitação, converter e remeter para o exterior todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo sua rápida conversão e remessa à taxa de câmbio do dia da solicitação.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação vigente de cada Parte, e não estarão sujeitas a nenhum encargo administrativo ou cambial, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

Artigo 16

Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas das empresas aéreas designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte promoverá a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizam os serviços e facilidades proporcionados quando for factível, por meio das organizações representativas de tais empresas

aéreas. Propostas de modificação das tarifas aeronáuticas serão comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, a fim de permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Adicionalmente, cada Parte estimulará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarem informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

Artigo 17 Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser necessárias.

Artigo 18 Aprovação de Horários de Vôos

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão seu planejamento de horários de vôos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência à operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.

2. Para os vôos de reforço que uma empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados para atender incrementos ocasionais de demanda, que excedam o número de frequência do quadro-horário aprovado, tal empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tal solicitação será submetida com antecedência mínima de quinze (15) dias em relação à operação de tais vôos.

Artigo 19 Códigos Compartilhados

1. Na operação dos serviços aéreos acordados nas rotas autorizadas, as empresas aéreas designadas por qualquer das Partes poderão celebrar acordos de código compartilhado, conforme as seguintes modalidades:

- a. Com qualquer outra empresa ou empresas aéreas designadas pelas Partes, que contem com as autorizações apropriadas para exercer os respectivos direitos de tráfego. A frequência utilizada pela empresa aérea não-operadora (comercializadora) não será computada como frequência da capacidade autorizada; e
- b. Com qualquer empresa aérea da outra Parte, nos trechos domésticos por ela operados sempre que o tráfego nesses serviços seja a continuação dos serviços internacionais. Neste caso, a frequência utilizada pela empresa aérea não operadora (comercializadora) não será computada como frequência da capacidade autorizada.

2. No caso de vôos em códigos compartilhados, as empresas aéreas informarão ao passageiro, no momento da venda, sobre as características distintas dos serviços de cada transportador, bem como a empresa aérea que prestará o serviço.

3. Nas operações em códigos compartilhados, as empresas aéreas designadas submeterão o referido acordo à aprovação das autoridades aeronáuticas envolvidas, observando as normas e regulamentos de cada Parte aplicáveis a essas operações.

Artigo 20 Consultas

1. Em espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes realizarão consultas periódicas entre si, com o objetivo de garantir a aplicação e o cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo, ou para discutir qualquer problema relacionado com ele.

2. Tais consultas serão iniciadas dentro de um período de sessenta (60) dias a partir da data de recebimento de cada solicitação, a menos que seja acordado por ambas as Partes.

Artigo 21 Modificações e Emendas

1. Qualquer emenda ou modificação deste Acordo acertada entre as Partes entrará em vigor na data da segunda Nota Diplomática em que as Partes se informem do cumprimento dos requisitos internos para sua entrada em vigor.

2. Qualquer emenda ou modificação do Anexo deste Acordo poderá ser acertada entre as autoridades aeronáuticas das Partes e entrará em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo 22 Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo a transporte aéreo entrar em vigor para ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para cumprir com as disposições de tal acordo multilateral, conforme o procedimento estabelecido no Artigo 21 do presente Acordo.

Artigo 23 Solução de Controvérsias

As dúvidas ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou aplicação deste Acordo, com exceção daquelas que surjam em relação a seus Artigos 7, 8 e 12, serão resolvidas, em primeira instância, mediante negociações diretas entre as autoridades aeronáuticas das Partes. No caso de as referidas autoridades não chegarem a um acordo, as controvérsias serão resolvidas mediante negociações diretas entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 24
Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra Parte, por escrito, por via diplomática, de sua decisão de denunciar este Acordo. Tal decisão será notificada simultaneamente à OACI. A denúncia surtirá efeito um (1) ano depois da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que tal notificação seja retirada mediante acordo, antes de concluído tal prazo.
2. Se a outra Parte não acusar o recebimento da notificação, será considerado que a mesma foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.

Artigo 25
Registro na OACI

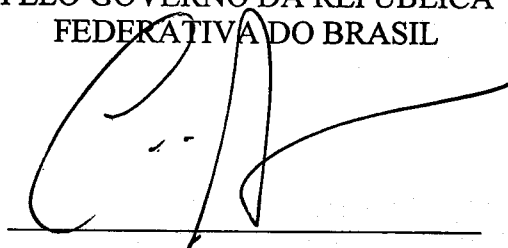
Este Acordo e qualquer emenda ao mesmo serão registrados na OACI pela Parte em cujo território este Acordo haja sido assinado, ou conforme o acertado entre as Partes.

Artículo 26
Entrada em vigor e vigência

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias depois da data da segunda das notificações, mediante as quais as Partes se comuniquem do cumprimento de seus requisitos constitucionais e legais internos para sua entrada em vigor. O Acordo terá vigência de três (3) anos e será prorrogado automaticamente, por períodos iguais, salvo quando uma Parte comunicar a outra, por escrito e por via diplomática, de sua intenção de não o prorrogar, com ao menos noventa (90) dias de antecedência à data de expiração do período correspondente.
2. A partir da data de sua entrada em vigor, o presente Acordo derrogará o Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, firmado em Caracas, em 11 de novembro de 1988.

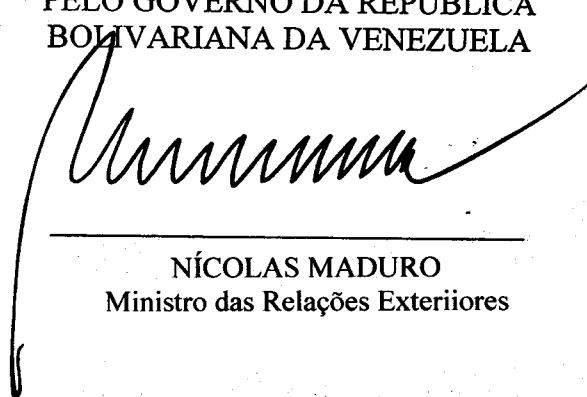
Feito em Manaus, em 30 de setembro de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA



NÍCOLAS MADURO
Ministro das Relações Exteriores

ANEXO

QUADRO DE ROTAS

Para as empresas áreas designadas pela República Federativa de Brasil:

3 Pontos anteriores	Pontos no Brasil	3 Pontos intermediários	Pontos na Venezuela	5 Pontos além no Continente Americano: Miami, Cuba, Aruba, República Dominicana, Panamá. 2 Pontos além na Europa*.
---------------------	------------------	-------------------------	---------------------	--

* Apenas para operação exclusivamente cargueira.

Para as empresas áreas designadas pela República Bolivariana de Venezuela:

3 Pontos anteriores	Pontos na Venezuela	3 Pontos intermediários	Pontos no Brasil	5 Pontos no Continente Americano: Buenos Aires, Montevideú, Santiago do Chile, Santa Cruz de la Sierra e Asunción. 2 Pontos além na Europa*.
---------------------	---------------------	-------------------------	------------------	--

* Apenas para operação exclusivamente cargueira.

Cada empresa aérea designada pode, a seu critério, em qualquer ou em todos os vôos, sem limite direcional ou geográfico e sem perder nenhum direito autorizado de tráfego:

- 1) Operar em cada uma ou em ambas as direções.
- 2) Operar pontos na ordem desejada.
- 3) Omitir escalas, com a condição que os serviços iniciem ou terminem em um ponto do território da Parte que designou a empresa aérea.
- 4) As partes se concedem, de mútuo acordo, a exploração de direitos de sexta liberdade.
- 5) As operações exclusivamente de carga terão direitos de quinta liberdade até 3 Pontos intermediários, até 5 Pontos no continente Americano e dos Pontos na Europa, sempre e quando se realizem em código compartilhado entre empresas brasileiras com empresas venezuelanas e vice-versa designadas por ambas as Partes.

**ACUERDO DE SERVICIOS AÉREOS ENTRE EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE
LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela
(en adelante referidos como las "Partes"),

Siendo Partes del Convenio de Aviación Civil Internacional, abierto para la firma en Chicago el 07 de diciembre de 1944;

Deseosos de contribuir para el progreso de la aviación civil internacional; y,

Deseando suscribir un Acuerdo con el propósito de establecer servicios aéreos entre y más allá de sus respectivos territorios,

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1
Definiciones

Para los propósitos de este Acuerdo, salvo disposición contraria, el término:

- a) "Autoridades Aeronáuticas" significa, en el caso de la República Federativa del Brasil, la Autoridad de Aviación Civil, ANAC, constituida por la Agencia Nacional de Aviación Civil y, en el caso de la República Bolivariana de Venezuela el Instituto Nacional de Aeronáutica Civil, INAC, o en ambos casos cualquier otra institución o persona legalmente autorizada a ejecutar las funciones ahora ejercidas por las referidas autoridades;
- b) "Acuerdo" significa este Acuerdo, su Anexo y cualquier enmienda a los mismos;

- c) "Servicios Acordados" significa servicios aéreos establecidos en las rutas especificadas para el transporte de pasajeros, equipaje, carga y correos, separadamente o en combinación;
- d) "Servicio Aéreo", "Servicio Aéreo Internacional", "Empresa Aérea" y "Escalas para Fines No Comerciales" tienen los significados atribuidos en el Artículo 96 del Convenio;
- e) "Convenio" significa el Convenio sobre Aviación Civil Internacional, abierto para la firma en Chicago el día 07 de diciembre de 1944, e incluye cualquier Anexo adoptado de acuerdo con el Artículo 90 del Convenio y cualquier enmienda a los Anexos o al Convenio, de acuerdo con los Artículos 90 y 94, en la medida en que los Anexos y enmiendas hayan entrado en vigor para ambas Partes;
- f) "Empresa Aérea Designada" significa una empresa aérea que haya sido designada y autorizada de conformidad con el Artículo 3 de este Acuerdo;
- g) "Ruta Especificada" significa una de las rutas especificadas en el Anexo de este Acuerdo;
- h) "Tarifa" significa los precios y cargos que deberán pagarse por el transporte aéreo de pasajeros, equipaje y carga y las condiciones bajo las que se aplican estos precios, incluyendo precios y condiciones para agentes y otros servicios auxiliares, pero excluyendo la remuneración y condiciones para el transporte de carga postal;
- i) "Territorio", en relación a un Estado, tiene el significado atribuido en el Artículo 2 del Convenio; y,
- j) "Cargos a los Usuarios" significa un precio cobrado por las autoridades competentes, o por estas autorizada ser cobrado a las empresas aéreas, para la provisión de aeropuertos o instalaciones de servicios aeroportuarios, de navegación aérea o de seguridad de la aviación, incluyendo las instalaciones y los servicios relacionados con las aeronaves, sus tripulaciones, pasajeros y carga.

Artículo 2

Concesión de Derechos

1. Cada Parte concede a la otra Parte los derechos especificados en este Acuerdo, con la finalidad de operar servicios aéreos internacionales en las rutas especificadas en el Cuadro de Rutas.
2. Sujetas a las disposiciones de este Acuerdo, las empresas aéreas designadas por cada una de las Partes, cuando estén operando servicios aéreos internacionales, gozarán:
 - a. Del derecho de sobrevolar el territorio de la otra Parte sin aterrizar;

- b. Del derecho de hacer escalas en el territorio de la otra Parte, con fines no comerciales;
 - c. Del derecho de efectuar escalas en los puntos de las rutas especificadas en el Cuadro de Rutas del presente Acuerdo para embarcar y desembarcar tráfico internacional de pasajeros, carga y correo por separado o combinados; y,
 - d. Del derecho de embarcar y desembarcar en los territorios de terceros países, en puntos en las rutas especificadas, pasajeros, equipajes, carga y correo, separadamente o en combinación, procedentes de o con destino a los puntos en el territorio de la otra Parte.
3. Otras empresas aéreas de cada Parte que no hayan sido designadas de acuerdo con el Artículo 3 de este Acuerdo también gozarán de los derechos especificados en los parágrafos 2 "a" y "b" de este Artículo.
4. Ninguna disposición de este Artículo será considerada como una concesión a una empresa aérea designada de una Parte, del derecho de embarcar, en el territorio de la otra Parte, pasajeros, equipaje, carga y correo, mediante remuneración y destinados a otro punto en el territorio de esta otra Parte.
5. Las Partes extenderán consideraciones favorables a las solicitudes de las empresas aéreas designadas y otras empresas aéreas de las Partes para operar vuelos no regulares de pasajeros y carga entre ambos países, tomando en cuenta la legislación nacional de cada Parte, y bajo la consideración de que éstos no afecten los vuelos regulares ni constituyan una competencia desleal a los mismos.

Artículo 3 Designación y Autorización

1. Cada Parte tendrá el derecho de designar, por escrito, mediante Nota Diplomática dirigida a la otra Parte, una o más empresas aéreas para operar los servicios acordados, y de revocar o alterar tal designación.
2. Al recibir tal designación y el pedido de autorización de operación de la empresa aérea designada, en la forma y en el modo prescrito, cada Parte concederá una apropiada autorización de operación, con una mínima demora en los trámites, siempre y cuando:
- a. La propiedad mayoritaria y el control efectivo de la empresa sean de la Parte que la designa, de sus nacionales o de ambos;
 - b. La Parte que designa la empresa aérea cumpla con las disposiciones establecidas en los Artículos 7 y 8 del presente Acuerdo; y,
 - c. La empresa aérea designada esté calificada para satisfacer las condiciones determinadas según las leyes y los reglamentos normalmente aplicados a las operaciones de servicios de transporte aéreo internacional por la Parte que recibe la designación.

3. Al recibir la autorización de operación de acuerdo al párrafo 2, una empresa aérea designada puede, en cualquier momento, comenzar a operar los servicios acordados para los cuales fue designada, siempre y cuando cumpla con las disposiciones aplicables de este Acuerdo.

Artículo 4

Negativa, Revocatoria y Limitación de la Autorización

1. Las Autoridades Aeronáuticas de cada Parte tendrán el derecho de negar las autorizaciones mencionadas en el Artículo 3 de este Acuerdo, a una empresa aérea designada por la otra Parte y de revocar, suspender o imponer condiciones a tales autorizaciones, temporal o permanentemente, en caso de que:

- a. Tales autoridades no estén convencidas de que la propiedad mayoritaria y el control efectivo pertenecen a la Parte que designó a la empresa aérea, sus nacionales o ambos;
- b. La Parte que designa a la empresa aérea no cumpla con las disposiciones establecidas en los Artículos 7 y 8 del presente Acuerdo; y,
- c. Tal empresa aérea designada no esté calificada para atender otras condiciones determinadas, según las leyes y los reglamentos normalmente aplicados a la operación de servicios de transporte aéreo internacional, por la Parte que recibe la designación.

2. Tal derecho será ejercido luego de una consulta con la otra Parte, a menos que la inmediata revocatoria, suspensión o imposición de las condiciones mencionadas en el párrafo 1 de este Artículo sea esencial para prevenir posteriores violaciones de leyes y reglamentos.

Artículo 5

Legislación Aplicable

1. Las leyes, reglamentos y demás disposiciones legales de una Parte relativos a la entrada o salida de su territorio de una aeronave empleada en servicios aéreos internacionales, o la operación y navegación de tal aeronave en su territorio, serán aplicados a la aeronave de la empresa aérea de la otra Parte.

2. Las leyes, reglamentos y demás disposiciones legales de una Parte, relativos a la entrada, permanencia y salida de su territorio, de pasajeros, tripulantes, equipaje, carga y correo, tales como los relativos a inmigración, aduana, moneda y control sanitario serán aplicados a los pasajeros, tripulantes, equipaje, carga y correo transportados por aeronave de la empresa aérea de la otra Parte, durante su permanencia en el referido territorio.

3. Ninguna Parte dará preferencia a su propia empresa aérea o a cualquier otra empresa aérea en relación a la empresa aérea de la otra Parte empleada en transporte aéreo internacional similar, en la aplicación de sus reglamentos de inmigración, aduana, control sanitario y similares.

Artículo 6

Reconocimiento de Certificados y Licencias

1. Los certificados de aeronavegabilidad, certificados de habilitación, certificados de aptitud, y licencias, emitidos o revalidados por una de las Partes y aún en vigor, serán reconocidos como validos por la otra Parte para explotar los servicios acordados, siempre y cuando los requisitos para la emisión y revalidación de tales certificados y licencias sean iguales o superiores a los patrones establecidos según el Convenio.
2. Si los privilegios o las condiciones de las licencias o certificados mencionados en el párrafo 1 anterior, emitidos por la Autoridad Aeronáutica de una de las Partes, para cualquier persona o empresa aérea designada o relacionada con una aeronave utilizada en la operación de los servicios acordados, permiten una diferencia de los patrones mínimos establecidos por el Convenio, y que tal diferencia haya sido notificada a la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI), la otra Parte podrá solicitar que se realicen consultas entre las Autoridades Aeronáuticas a fin de esclarecer la práctica en cuestión.
3. Cada Parte se reserva el derecho de negarse a reconocer, para sobrevolar o aterrizar en su propio territorio, certificados de habilitación, certificados de aptitud y licencias concedidos a sus propios nacionales por la otra Parte.

Artículo 7

Seguridad Operacional

1. Cada Parte podrá solicitar en cualquier momento la realización de consultas sobre las normas de seguridad operacional aplicadas por la otra Parte a los aspectos relacionados con las instalaciones y los servicios aeronáuticos, tripulaciones de vuelo, aeronaves y operaciones de aeronaves. Tales consultas se realizarán dentro de treinta (30) días contados a partir de la fecha de la solicitud.
2. Si luego de tales consultas, una Parte llegue a la conclusión de que la otra no mantiene ni administra de manera efectiva los patrones de seguridad operacional, en los aspectos mencionados en el párrafo 1 de este Artículo, que satisfagan las normas en vigencia de conformidad con el Convenio, la otra Parte será informada de tales conclusiones y de las medidas que se consideren necesarias para cumplir con las normas de la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI). La otra Parte tomará, entonces, las medidas correctivas apropiadas para el caso, dentro de un plazo acordado.
3. De acuerdo con el Artículo 16 del Convenio, queda también acordado que cualquier aeronave operada por o en nombre de una empresa aérea de una Parte, que preste servicio hacia el o desde el territorio de la otra Parte podrá, cuando se encuentre en territorio de esta última, ser objeto de una inspección por los representantes autorizados de la otra Parte, siempre que ésta no cause demoras innecesarias a la operación de la aeronave. No obstante las obligaciones mencionadas en el Artículo 33 del Convenio, el objetivo de esta inspección será verificar la validez de la documentación relacionada con la aeronave, las licencias de su tripulación y que el equipamiento de la aeronave y la condición de la misma, estén de conformidad con las normas vigentes establecidas con base en el Convenio.

4. Cuando una acción urgente sea esencial para garantizar la seguridad operacional de la operación de una empresa aérea, cada Parte se reserva el derecho de suspender o modificar inmediatamente, la autorización de operación de una o más empresas aéreas de la otra Parte.

5. Cualquier medida tomada por una Parte de acuerdo con el párrafo 4 de este Artículo será suspendida cuando no existan los motivos que llevaron a la adopción de tal medida.

6. Con referencia al párrafo 2 de este Artículo, cuando sea constatado que una Parte continúa sin cumplir con las normas de la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI), después de transcurrido el plazo acordado, el Secretario General de dicha Organización será notificado de ésto y asimismo será notificado de la solución satisfactoria encontrada a tal situación.

Artículo 8 **Seguridad de la Aviación**

1. En consonancia con los derechos y obligaciones del Derecho Internacional, las Partes reafirman que su obligación mutua de proteger la aviación civil contra actos de interferencia ilícita constituye parte integrante del presente Acuerdo. Sin limitar la validez general de sus derechos y obligaciones resultantes del Derecho Internacional, las Partes actuarán, en particular, según las disposiciones del Convenio sobre Infracciones y Ciertos otros Actos Practicados a Bordo de Aeronaves, firmado en Tokio el 14 de septiembre de 1963; del Convenio para la Represión del Apoderamiento Ilícito de Aeronaves, firmada en la Haya el 16 de diciembre de 1970; del Convenio para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Aviación Civil, firmado en Montreal el 23 de septiembre de 1971, así como otros Convenios y Protocolos sobre seguridad de la aviación, a los que ambas Partes se adhieran.

2. Las Partes se prestarán, mediante solicitud, toda la asistencia mutua apropiada para la prevención contra actos de apoderamiento ilícito de aeronaves civiles y otros actos ilícitos contra la seguridad de esas aeronaves, sus pasajeros y tripulaciones, aeropuertos e instalaciones de navegación aérea, y toda otra amenaza a la seguridad de la aviación civil.

3. En su relacionamiento mutuo, las Partes actuarán según las disposiciones sobre seguridad de la aviación establecidas por la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI) y contenidas en los Anexos del Convenio; exigirán que los operadores de aeronaves por ellas registradas, u operadores de aeronaves que tengan su sede principal o residencia permanente en su territorio y los operadores de aeropuertos situados en su territorio, actúen de conformidad con las referidas disposiciones sobre la seguridad de la aviación. Cada Parte notificará a la otra Parte de cualquier diferencia entre sus reglamentos y métodos nacionales, así como de las normas de seguridad de la aviación de los Anexos. Cualquiera de las Partes podrá solicitar, en cualquier momento, la realización inmediata de consultas con la otra Parte sobre tales diferencias.

4. Cada Parte podrá exigir a los operadores de tales aeronaves que observen las disposiciones sobre la seguridad de la aviación, mencionadas en el párrafo 3 anterior y exigidas por la otra Parte para la entrada, salida o permanencia en el territorio de la otra Parte. Cada Parte asegurará que sean efectivamente aplicadas medidas adecuadas en su territorio para proteger la aeronave e inspeccionar a los pasajeros, tripulantes, equipajes de mano, equipajes, carga y provisiones de a bordo, antes y durante el embarque o cargamento. Cada Parte considerará también, de modo favorable toda solicitud de la otra Parte, con miras a adoptar medidas especiales y razonables de seguridad para combatir una amenaza específica. En tal caso, esas medidas serán discutidas en detalle y su costo será considerado y compartido por ambas Partes.

5. Cuando ocurra un incidente, o una amenaza de incidente de apoderamiento ilícito de aeronave civil, u otros actos ilícitos contra la seguridad de tal aeronave, de sus pasajeros y tripulación, de aeropuertos o instalaciones de navegación aérea, las Partes se asistirán mutuamente, facilitando las comunicaciones y tomando medidas apropiadas, destinadas a dar término, de forma rápida y segura, a tal incidente o amenaza.

6. Cada Parte tendrá el derecho, dentro de los sesenta (60) días siguientes a la notificación, a que sus Autoridades Aeronáuticas efectúen una evaluación en el territorio de la otra Parte, de las medidas de seguridad que son aplicadas o que se planean aplicar, por los operadores de aeronaves, en lo que se refiere a los vuelos que llegan procedentes del territorio de la primera Parte o que sigan para el mismo. Los acuerdos administrativos para la realización de tales evaluaciones serán hechos entre las Autoridades Aeronáuticas e implementados sin demora a fin de asegurarse que las evaluaciones se realicen de manera expedita. Todas las evaluaciones estarán cubiertas por un acuerdo confidencial específico.

7. Cuando una Parte tenga motivos razonables para creer que la otra Parte no cumple con las disposiciones de este Artículo, la primera Parte podrá solicitar la realización de consultas. Tales consultas comenzarán dentro de los quince (15) días siguientes a la recepción de tal solicitud. La ausencia de un acuerdo satisfactorio dentro de los quince (15) días contados a partir del comienzo de las consultas constituirá motivo para negar, revocar, suspender o imponer condiciones sobre las autorizaciones de la empresa aérea o las empresas aéreas designadas por la otra Parte. La primera Parte podrá adoptar medidas temporales en cualquier momento cuando estén justificadas por una emergencia o para impedir que continúe el incumplimiento de las disposiciones de este Artículo.

Artículo 9

Exoneración de Gravámenes y otros cobros

1. Cada Parte, sobre la base de la reciprocidad, exonerará a las empresas aéreas designadas de la otra Parte, en el mayor grado posible de conformidad con su legislación nacional, de restricciones sobre importaciones, derechos aduaneros, impuestos indirectos, tasas de inspección y otras tasas y gravámenes nacionales que no estén basados en los costos de los servicios proporcionados a la llegada, sobre las aeronaves, combustibles, lubricantes, suplementos técnicos de consumo, partes sobresalientes, inclusive motores, equipamiento de uso normal de esas aeronaves, provisiones a bordo y otros artículos, tales como boletos, guías aéreas de carga, publicidad aérea, material impreso con el símbolo de la empresa aérea y material publicitario común distribuido gratuitamente por la empresa aérea designada, destinados para uso exclusivo en la operación o mantenimiento de las aeronaves de la empresa aérea designada por la Parte que esté operando los servicios acordados.

2. Las exoneraciones previstas en este Artículo serán concedidas a los productos referidos en el parágrafo 1, cuando sean:

- a) Introducidos en el territorio de una Parte bajo la responsabilidad de la empresa aérea designada por la otra Parte;
- b) Mantenedos a bordo de las aeronaves de la empresa designada de una Parte, en la llegada o en la salida del territorio de la otra Parte;

- c) Embarcados en las aeronaves de la empresa aérea designada de una Parte en el territorio de la otra Parte y con el objetivo de ser utilizados en la operación de los servicios acordados; y
- d) Utilizados o consumidos enteramente o no dentro del territorio de la Parte que otorga la concesión, a condición de que su propiedad no se transfiera en el territorio de dicha Parte.

3. El equipo de uso normal, así como los materiales o suplementos normalmente mantenidos a bordo de las aeronaves de la empresa aérea designada de cualquiera de las Partes, sólo podrán ser descargados en el territorio de la otra Parte con la autorización de las autoridades aduaneras de tal territorio. En ese caso, tales artículos podrán ser colocados bajo una supervisión de las mencionadas autoridades hasta que sean reexportados o se les dé otro destino, de acuerdo a los reglamentos aduaneros.

4. Las exoneraciones establecidas en este Artículo serán también válidas cuando una empresa aérea designada de una Parte concluya acuerdos con alguna otra empresa aérea o empresas aéreas, con relación al abastecimiento, préstamo o transferencias dentro del territorio de la otra Parte de los artículos especificados en el párrafo 1 de este Artículo, siempre que esas otras empresas aéreas disfruten simultáneamente de dichas exoneraciones respecto de la otra Parte.

5. Pasajeros, equipaje, carga y correo en tránsito directo estarán sujetos a un control simple. Equipaje y carga en tránsito directo serán exonerados de tasas aduaneras y otras tasas similares.

Artículo 10 Impuestos

1. El capital representado por aeronave operada en servicios aéreos internacionales por una empresa aérea designada será tributado únicamente en el territorio de la Parte en que está situada la sede de la empresa aérea.

2. Las ganancias resultantes de la operación de las aeronaves de una empresa aérea designada en los servicios aéreos internacionales, así como los bienes y servicios que le sean abastecidos deberán ser tributados de acuerdo con la legislación de cada Parte.

Artículo 11 Capacidad

1. Deberán existir justas y equitativas oportunidades para cada empresa aérea designada a competir en la oferta de transporte aéreo internacional regido por este Acuerdo, y cada Parte deberá actuar de modo a eliminar todas las formas de discriminación o de prácticas desleales de competencia que puedan afectar la posición de competitividad de una empresa aérea designada por la otra Parte.

2. La capacidad total a ser ofrecida por las empresas aéreas designadas por las Partes en los servicios acordados será la establecida o aprobada por sus Autoridades Aeronáuticas antes del inicio del servicio, y posteriormente, en función de las exigencias del tráfico previsto.

3. Los servicios acordados a ser operados por las empresas aéreas designadas por las Partes tendrán como primer objetivo la provisión de la capacidad adecuada para atender las necesidades actuales y razonablemente previsibles de tráfico entre los territorios de las Partes, y como objetivo secundario, una provisión, en nivel razonable, de capacidad para el transporte de pasajeros, equipaje, carga y correo embarcados y desembarcados en puntos constantes de las rutas especificadas, que no estén localizados en el territorio de la Parte que designó la empresa aérea.

4. Cada Parte y sus empresas aéreas designadas tomarán en consideración los intereses de la otra Parte y de sus empresas aéreas designadas, a fin de no afectar indebidamente los servicios proporcionados por estas últimas.

5. En caso de que las Partes no llegaren a un acuerdo sobre la capacidad que debe ser ofrecida en los servicios acordados, la capacidad que las empresas aéreas designadas por las Partes podrán ofrecer, no deberá exceder aquella previamente acordada.

6. Las empresas aéreas designadas de cada Parte deberán sustentar, junto a sus Autoridades Aeronáuticas, con estadísticas el mantenimiento de sus frecuencias. Las Autoridades Aeronáuticas, de común acuerdo, podrán, basadas en el análisis de los datos estadísticos, revisar el número de frecuencias, si se considera que su establecimiento o mantenimiento atenta contra el principio de reciprocidad que guía este Acuerdo.

Artículo 12

Tarifas

1. Las tarifas a ser aplicadas por las empresas aéreas de una Parte en los servicios cubiertos por este Acuerdo serán establecidas en niveles razonables, tomando en consideración todos los factores pertinentes, inclusive los intereses de los usuarios, el costo de operación, las características del servicio, las ganancias razonables, las tarifas de las otras empresa aéreas y otras consideraciones comerciales propias del mercado.

2. Las Partes acuerdan examinar con especial atención las tarifas que puedan ser cuestionadas por considerarse discriminatorias sin razón, excesivamente elevadas o restrictivas debido al abuso de una posición dominante, artificialmente bajas debido a subvenciones o a un apoyo directo o indirecto y por prácticas predatorias.

3. Cada Parte podrá requerir la notificación o registro de las tarifas propuestas por las empresas aéreas designadas de ambas Partes para el transporte desde y hacia sus territorios. Tal notificación o registro de tarifas podrá ser requerido con no más de treinta (30) días previos a la fecha de introducción de la propuesta. En casos especiales, ese periodo podrá ser reducido.

4. Cada Parte tendrá el derecho de aprobar o desaprobar las tarifas de los servicios de ida o de ida y vuelta entre los territorios de ambas Partes que se inicien en su propio territorio. Las tarifas a ser cobradas por una empresa designada de una Parte por el transporte entre el territorio de la otra Parte y el territorio de un tercer Estado por los servicios comprendidos en el presente Acuerdo estarán sujetas a los requisitos de aprobación de la otra Parte. Ninguna de las Partes tomará medidas unilaterales para impedir el comienzo de la aplicación de las tarifas propuestas o la continuación de la aplicación de las tarifas vigentes para el transporte de ida o de ida y vuelta entre los territorios de ambas Partes que se inicien en el territorio de la otra Parte.

5. La aprobación de las tarifas en consonancia con lo dispuesto en el párrafo 4 de este Artículo puede ser expresamente concedida por cualquiera de las Partes a las empresas aéreas que las soliciten. No obstante, si una de las Partes no notificara por escrito a la otra Parte la desaprobación de esas tarifas de la o de las empresas aéreas de la otra Parte dentro de un plazo de treinta (30) días a partir de la fecha en que fueron presentadas, las tarifas en cuestión serán consideradas aprobadas. En el caso en que el plazo para la presentación sea reducido conforme a lo dispuesto en el párrafo 3 de este Artículo, las Partes podrán acordar que el plazo para la notificación de la desaprobación sea en consecuencia reducido.

6. Cuando cualquiera de las Partes considere que una tarifa de transporte hacia su territorio esté comprendida en las categorías del párrafo 2 de este Artículo, notificará su desacuerdo a la otra Parte lo antes posible, y por lo menos dentro de los treinta (30) días siguientes a la fecha de la notificación o la presentación de la tarifa en cuestión, y podrá recurrir a los procedimientos de consulta estipulados en el párrafo 7 de este Artículo.

7. Cada Parte podrá solicitar que se realicen consultas sobre cualquier tarifa de una empresa aérea de cualquiera de las Partes para los servicios previstos en el presente Acuerdo, inclusive en el caso en que la tarifa en cuestión haya sido objeto de una notificación de desaprobación o de desacuerdo. Tales consultas serán realizadas, a más tardar, sesenta (60) días después de recibida la solicitud correspondiente. Las Partes colaborarán para asegurar las informaciones necesarias para la solución racional de los problemas. Si las Partes llegaran a un acuerdo, cada una de ellas realizará todos los esfuerzos posibles para aplicar dicho acuerdo. De no llegarse a un acuerdo, prevalecerá la decisión de la Parte en cuyo territorio se origine el transporte.

Artículo 13 Salvaguardas

1. Las Partes acuerdan que las siguientes prácticas de las empresas aéreas pueden considerarse como posibles prácticas de competencia desleal que pueden justificar un examen más minucioso:

- a) Cobro de tarifas de pasajeros y carga en rutas a niveles que son en conjunto, insuficientes para cubrir los costos para proporcionar los servicios correspondientes;
- b) Que las prácticas en cuestión sean periódicas en lugar de temporales;
- c) Que las prácticas en cuestión afecten seriamente a otra empresa aérea desde el punto de vista económico o que la perjudicara seriamente;
- d) Que las practicas en cuestión reflejen una aparente intención o tengan el probable efecto de perjudicar, excluir o sacar a otra empresa aérea del mercado; y,
- e) El comportamiento que indique un abuso de posición dominante en la ruta.

2. Si las Autoridades Aeronáuticas de una Parte consideran que una o varias operaciones pretendidas o realizadas por las empresas aéreas designadas por la otra Parte pueden

constituir un comportamiento de competencia desleal, de acuerdo con las prácticas mencionadas en el párrafo 1 de este Artículo, podrán solicitar que se realicen consultas de acuerdo con el Artículo 20 de este Acuerdo, a fin de resolver el problema. En tal solicitud se indicarán los motivos correspondientes y las consultas se iniciarán antes de treinta (30) días después de la solicitud.

3. Si las Partes no llegaran a resolver el problema mediante consultas, cualquiera de las Partes podrá invocar el Artículo 23 de este Acuerdo.

Artículo 14 **Actividades Comerciales**

1. Cada Parte concederá a las empresas aéreas de la otra Parte el derecho de vender y comercializar en su territorio, servicios de transporte aéreo internacional, directamente o por medio de agentes u otros intermediarios, según lo determine la empresa aérea, incluyendo el derecho de establecer sus propias oficinas tanto como empresa operadora como no operadora.

2. Cada empresa aérea tendrá el derecho de vender servicios de transporte en la moneda de ese territorio, o, sujeto a las leyes y reglamentos nacionales, en monedas libremente convertibles de otros países, y cualquier persona podrá adquirir tales servicios de transporte en las monedas aceptadas por esa empresa aérea.

3. Las empresas aéreas designadas de una Parte podrán, en base a la reciprocidad, traer y mantener en el territorio de la otra Parte sus representantes y funcionarios comerciales, operacionales y técnicos necesarios en la operación de los servicios convenidos.

4. Esas necesidades de personal pueden, según criterio de las empresas aéreas designadas de una Parte, ser satisfechas con personal propio o utilizando los servicios de cualquier otra organización, compañía o empresa aérea que opere en el territorio de la otra Parte, autorizada a prestar esos servicios para otras empresas aéreas.

5. Los representantes y los funcionarios estarán sujetos a las leyes y reglamentos en vigor de la otra Parte y de acuerdo con tales leyes y reglamentos:

- a) Cada Parte concederá, sobre la base de la reciprocidad y con un mínimo de demora, las autorizaciones de empleo, las visas de visitantes u otros documentos similares necesarios para los representantes y los funcionarios mencionados en el párrafo 3 de este Artículo; y
- b) Ambas Partes facilitarán y darán celeridad a las autorizaciones de empleo necesarias al personal que desempeñe ciertos servicios temporales que no excedan de noventa (90) días.

Artículo 15
Conversión de Divisas y Remesa de Ingresos

1. Cada Parte permitirá a las empresas aéreas designadas de la otra Parte, mediante solicitud, convertir y transferir hacia el exterior todos los ingresos locales provenientes de la venta de servicios de transporte aéreo y de actividades conexas directamente vinculadas al transporte aéreo que excedan las sumas localmente desembolsadas, permitiéndose su rápida conversión y remesa a la tasa de cambio del día de la solicitud.
2. La conversión y la remesa de tales ingresos serán permitidas de conformidad con la legislación vigente de cada Parte, y no estarán sujetas a ningún cobro administrativo o bancario, excepto los normalmente cobrados por los bancos para su ejecución.
3. Las disposiciones del presente Artículo no exoneran a las empresas aéreas de ambas Partes de los impuestos, tasas y contribuciones a que estén sujetas.

Artículo 16
Cargos a los Usuarios

1. Ninguna Parte cobrará o permitirá que sean cobrados de las empresas aéreas designadas de la otra Parte cargos a los usuarios superiores a los cobrados a sus propias empresas aéreas que operen servicios aéreos internacionales semejantes.
2. Cada Parte promoverá la realización de consultas sobre cargos a los usuarios entre sus autoridades competentes y las empresas aéreas que utilizan los servicios y facilidades proporcionados, cuando sea factible, por medio de las organizaciones representativas de tales empresas aéreas. Las propuestas de modificación de los cargos a los usuarios serán comunicadas a tales usuarios con razonable anticipación, a fin de permitirles expresar sus puntos de vista antes de que las alteraciones sean efectuadas. Además de eso, cada Parte estimulará a sus autoridades competentes y usuarios a intercambiar informaciones apropiadas relativas a cargos a los usuarios.

Artículo 17
Estadísticas

Las Autoridades Aeronáuticas de cada Parte proporcionarán o harán que sus empresas aéreas designadas proporcionen a las Autoridades Aeronáuticas de la otra Parte, a petición, informes periódicos o eventuales de estadísticas, que puedan ser necesarios.

Artículo 18
Aprobación de Horarios de Vuelos

1. Las empresas aéreas designadas por cada Parte someterán su planificación de horarios de vuelos a la aprobación de las Autoridades Aeronáuticas de la otra Parte, por lo menos con treinta (30) días de antelación a la operación de los servicios acordados. El mismo procedimiento será aplicado para cualquier modificación de los horarios.

2. Para los vuelos de refuerzo que una empresa aérea designada de una Parte desee operar en los servicios acordados, para atender incrementos ocasionales de la demanda, excediendo el número de frecuencias del cuadro de horarios aprobados, esa empresa solicitará autorización previa a las Autoridades Aeronáuticas de la otra Parte. Tal solicitud será presentada por lo menos con quince (15) días de anticipación de la operación de tales vuelos.

Artículo 19 **Códigos Compartidos**

1. En la operación de los servicios aéreos convenidos en las rutas autorizadas, las empresas aéreas designadas por cualquiera de las Partes podrán celebrar acuerdos de código compartido, de conformidad con las siguientes modalidades:

- a. Con cualquier otra empresa o empresas aéreas designadas por las Partes, que cuenten con las autorizaciones apropiadas para ejercer los respectivos derechos de tráfico. La frecuencia utilizada por la empresa aérea no operadora (comercializadora) no será computada como frecuencia de la capacidad autorizada; y,
- b. Con cualquier empresa aérea de la otra Parte, en los tramos domésticos por ella operados, siempre que el tráfico en estos servicios sea la continuación de servicios internacionales. En este caso la frecuencia utilizada por la empresa aérea no operadora (comercializadora) no será computada como frecuencia de la capacidad autorizada.

2. En el caso de vuelos en códigos compartidos, las empresas aéreas informarán al pasajero, en el momento de la venta, sobre las características distintivas de los servicios de cada transportador, así como la empresa aérea que prestará el servicio.

3. En las operaciones en códigos compartidos, las empresas aéreas designadas someterán el referido acuerdo a la aprobación de las Autoridades Aeronáuticas involucradas, observándose las normas y regulaciones de cada Parte aplicables a esas operaciones.

Artículo 20 **Consultas**

1. En un espíritu de estrecha cooperación, las Autoridades Aeronáuticas de las Partes realizarán consultas periódicas entre sí, con el objeto de garantizar la aplicación y el cumplimiento satisfactorio de las disposiciones del presente Acuerdo, o para discutir cualquier problema relacionado con él.

2. Tales consultas se iniciarán dentro de los sesenta (60) días contados a partir de la fecha de la recepción de cada solicitud, a menos que fuera acordado de otra forma por las Partes.

Artículo 21
Modificaciones y Enmiendas

1. Cualquier enmienda o modificación de este Acuerdo convenida entre las Partes entrará en vigencia en la fecha de la segunda Nota Diplomática en que las Partes se informen el cumplimiento de los requisitos internos para su entrada en vigor.

2. Cualquier enmienda o modificación del Anexo de este Acuerdo podrá ser convenida entre las Autoridades Aeronáuticas de las Partes y entrará en vigor de conformidad con el procedimiento establecido en el parágrafo 1 de este Artículo.

Artículo 22
Acuerdos Multilaterales

Si un acuerdo multilateral relativo al transporte aéreo entrare en vigor en relación a ambas Partes, el presente Acuerdo será enmendado para cumplir con las disposiciones de tal acuerdo multilateral, siguiendo el procedimiento establecido en el Artículo 21 de este Acuerdo.

Artículo 23
Solución de Controversias

Las dudas o controversias que puedan surgir de la interpretación o aplicación de este Acuerdo, con excepción de aquellas que surjan con respecto a sus Artículos 7, 8 y 12, se resolverán en una primera instancia, mediante negociaciones directas entre las Autoridades Aeronáuticas de las Partes. En caso de que dichas Autoridades no llegaren a un acuerdo, aquellas serán resueltas mediante negociaciones directas entre las Partes, a través de los canales diplomáticos.

Artículo 24
Denuncia

1. Cualquiera de las Partes podrá, en cualquier momento, notificar a la otra Parte por escrito y por los canales diplomáticos, su decisión de denunciar este Acuerdo. Tal decisión será notificada simultáneamente a la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI). Dicha denuncia surtirá efecto un año después de la fecha de recepción de la notificación por la otra Parte, a menos que se retire tal notificación mediante acuerdo, antes de haber concluido tal plazo.

2. Si la otra Parte no acusa recibo de la notificación, se considerará que la misma fue recibida catorce (14) días después de su recepción por la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI).

Artículo 25
Registro en la OACI

Este Acuerdo y cualquier enmienda al mismo serán registrados en la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI) por la Parte en cuyo territorio haya sido firmado, o de acuerdo con lo convenido entre las Partes.

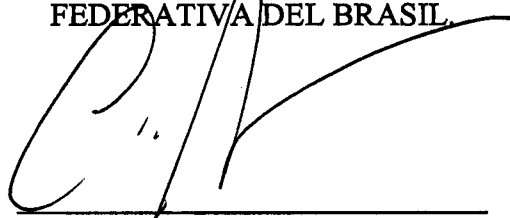
Artículo 26
Entrada en vigor y vigencia

1. Este Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de la segunda de las notificaciones, mediante las cuales las Partes se comuniquen del cumplimiento de sus requisitos constitucionales y legales internos, para su entrada en vigor. Tendrá vigencia de tres (03) años y se prorrogará automáticamente por períodos iguales, salvo que una de las Partes comunique a la otra, por escrito y a través de los canales diplomáticos, su intención de no prorrogarlo, con al menos noventa (90) días de anticipación a la fecha de expiración del período correspondiente.

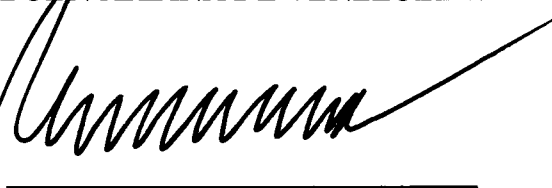
2. A partir de la fecha de su entrada en vigor, el presente Acuerdo derogará el Acuerdo sobre Transporte Aéreo Regular entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Venezuela, firmado en Caracas, el 11 de noviembre de 1988.

Hecho en Manaus, el 30 de septiembre de 2008, en dos ejemplares originales, redactados en los idiomas castellano y en portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL.



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DE VENEZUELA.



CUADRO DE RUTAS

Para las líneas áreas designadas por la República Federativa de Brasil:

3 Puntos anteriores	Puntos en Brasil	3 Puntos intermedios	Puntos en Venezuela	<p style="text-align: center;">5 Puntos más allá en el Continente Americano. Miami – Cuba – Aruba – República Dominicana – Panamá.</p> <p style="text-align: center;">2 Puntos más allá en Europa*.</p>
---------------------	------------------	----------------------	---------------------	---

* Solamente para operación exclusivamente carguera.

Para las líneas áreas designadas por la República Bolivariana de Venezuela:

3 Puntos anteriores	Puntos en Venezuela	3 Puntos intermedios	Puntos en Brasil	<p style="text-align: center;">5 Puntos en el Continente Americano: Buenos Aires, Montevideo, Santiago de Chile, Santa Cruz de la Sierra y Asunción.</p> <p style="text-align: center;">2 Puntos más allá en Europa*.</p>
---------------------	---------------------	----------------------	------------------	---

* Solamente para operación exclusivamente carguera.

Cada línea aérea designada puede, a su criterio, en cualquier o en todos los vuelos, sin límite direccional o geográfico y sin perder ningún derecho autorizado de tráfico:

1. Operar en cada una o en ambas direcciones.
2. Operar puntos en el orden deseado.
3. Omitir escalas, con la condición que los servicios empiecen o terminen en un punto del territorio de la Parte que haya designado la línea aérea.
4. Las partes se conceden de mutuo acuerdo la explotación de derechos de sextas libertades.
5. Las operaciones exclusivamente de carga tendrán derechos de quinta libertad hacia 3 Puntos intermedios, hacia 5 Puntos en el continente Americano y dos Puntos en Europa, siempre y cuando se realicen en códigos compartidos entre empresas brasileñas con empresas venezolanas y viceversa designadas por ambas Partes.